



## **NOTA À COMUNICAÇÃO SOCIAL**

### **GOVERNO IMPÕE NOVO ESTATUTO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA DEIXA DE FORA 700 TRABALHADORES**

O Primeiro Ministro António Costa, no passado dia 2 de Abril, na cerimónia de tomada de posse dos Inspetores Estagiários do 41<sup>a</sup> Curso de Formação de Inspetores Estagiários (CFIE), anunciou a criação de três carreiras especiais para a Polícia Judiciária (PJ) mas não disse que o governo vai promover a divisão entre as atuais funções específicas que dão apoio à investigação criminal, mas não disse que dos cerca de 2300 funcionários que a PJ tem, 700 ficarão de fora das carreiras específicas.

Esta Federação depois de uma leitura atenta do projeto de revisão/reestruturação das carreiras da PJ, aprovado na generalidade pelo conselho de Ministros para “negociação”, verificou a intenção de dividir os trabalhadores que exercem atualmente funções de apoio e suporte à investigação criminal (IC).

O que o governo pretende é integrar na carreira proposta de Especialista Forense, os trabalhadores atualmente colocados em quatro carreiras com especificidades e grau de complexidade diferentes (Especialistas Superiores, Especialistas, Especialistas Adjuntos e Especialistas Auxiliares) com efetivas funções de realização de perícias ou outros exames.

E quer impor a passagem a carreiras gerais da Administração Pública, os restantes trabalhadores que atualmente exercem também funções de apoio à IC, desvalorizando a especificidade e confidencialidade exigidas para este corpo especial, a PJ.

Esta visão economicista para os recursos humanos, para além do já exposto, vai criar instabilidade na Polícia Judiciária e não é compatível com a sua história porque põe em causa a credibilidade que se exige a uma instituição como a PJ, nem está de acordo com os recentes discursos proferidos pela atual Direção Nacional.

Se o governo não alterar a sua posição, considerando a opinião dos trabalhadores no processo negocial, a entrada em vigor deste documento terá um impacto profundo na qualidade e isenção do serviço prestado por esta Polícia, no funcionamento da Justiça de uma maneira geral e em particular para o cidadão que dela necessite.

Assim, esta Federação, solidária com os trabalhadores da PJ, considera inaceitável esta proposta e já solicitou uma reunião à Ministra da Justiça para a abertura do processo negocial nos termos da Lei, com o objetivo de abrir caminho a uma solução que respeite os direitos dos trabalhadores e que mantenha os elevados padrões de exigência verificados nesta Polícia.

Lisboa, 22 de Abril de 2019

***O Gabinete de Informação***